

# A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO - Brasil<sup>1</sup>

*Denis Castilho,*  
da Universidade Federal de Goiás  
deniscastilho@hotmail.com

---

**Resumo:** Criada em 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) fez parte das políticas expansionistas de Getúlio Vargas. Foi emancipada em 1953 e nas décadas seguintes a cidade denominada de Ceres se especializou em um setor econômico distinto daquele previsto no projeto de criação da Colônia. Este artigo analisa a formação territorial da área e objetiva compreender os motivos e as dinâmicas territoriais resultantes do processo de (re)funcionalização produtiva verificada em Ceres. Os procedimentos metodológicos foram baseados em pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e pesquisa documental com levantamento de dados oficiais referentes à dinâmica populacional, às instituições de serviços e à infraestrutura produtiva. O estudo sobre a formação territorial mostra que os processos e as ações são componentes fundamentais da produção do espaço, mas nenhuma mudança no quadro socioespacial de uma localidade é feita sem conflitos. Além disso, as causas dessas mudanças também são frutos de um movimento externo ao local, pressupondo a inserção em distintas redes e a imposição de interesses e lógicas de diferentes escalas.

**Palavras-chave:** CANG; Ceres; formação territorial; (re)funcionalização produtiva.

---

## INTRODUÇÃO

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi criada na década de 1940 durante a política de expansão econômica que ficou conhecida como “Marcha para o Oeste” do então presidente Getúlio Vargas. Somado a criação de Goiânia e da Fundação Brasil Central, os projetos de Vargas muito influenciaram a configuração territorial da região central de Goiás denominada, naquele período, de Mato Grosso Goiano. Em poucos anos a

---

1. Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás: território em movimento, paisagens em transição”, defendida em 2009 junto ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, com financiamento da CAPES.

área da Colônia teve uma intensa ocupação por migrantes, mas as dinâmicas territoriais que se desenvolveram na região trouxeram novos conteúdos e lógicas que acabaram por transformar a área em um importante núcleo urbano ligado à saúde. Por conseguinte, de fronteira agrícola, a localidade se emancipou e o núcleo urbano denominado de Ceres se especializou em um setor econômico distinto daquele previsto no projeto de criação da Colônia.

Isso significa que a área passou por uma (re)funcionalização e por alterações no seu quadro socioespacial. Compreender os motivos desse processo no contexto de formação de Ceres e as dinâmicas territoriais resultantes é o objetivo deste artigo. Para isso, o dividimos em quatro partes. Na primeira discorremos sobre a criação da CANG e a emancipação de Ceres e Rialma. Na segunda abordamos a Colônia quando esta foi importante fronteira agrícola. Na terceira analisamos as causas das alterações nas funções que Ceres exercia na região, dando ênfase para a desarticulação da pequena propriedade e às alterações do quadro econômico regional. Na quarta e última parte abordamos a urbanização, a fragmentação territorial e a especialização produtiva como dinâmicas territoriais representativas do papel que Ceres passou a exercer na região. Os procedimentos metodológicos foram baseados em pesquisa bibliográfica (com destaque para livros e teses sobre a criação da CANG e ocupação do Mato Grosso Goiano), trabalho de campo (com realização de entrevistas) e pesquisa documental, como: levantamento de dados oficiais referentes às instituições de serviços, à infraestrutura produtiva e à dinâmica demográfica da CANG e de Ceres junto aos órgãos públicos desse município, à Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em virtude do nosso foco ser dado à CANG e à formação de Ceres, em alguns momentos também abordamos o município de Rialma, uma vez que este também teve sua origem vinculada a Colônia e sua sede municipal se localiza na mesma área urbana de Ceres, estando, as duas cidades, separadas (ou unidas?) pelo rio das Almas. Ambas são cidades irmãs, com suas particularidades históricas e espaciais, mas que dividem muitas dinâmicas e processos que mereceriam uma análise mais detalhada. Destarte, algumas questões norteadoras deste artigo, como exemplo da reestruturação produtiva e das alterações verificadas na área da CANG assim como daquelas que ocorreram (e vêm ocorrendo) em diferentes regiões de Goiás, nos têm levado a considerar um elemento fundamental na produção do espaço: a ação. Como bem salientado por Santos (1996), as práticas depositadas nas

coisas torna condição para novas práticas e que os atuais segmentos de uma localidade repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. A apropriação do espaço herdado – ou local herdado, como prefere chamar Bourdin (2001) –, vai depender da ação e/ou da atuação dos grupos locais. Entender a formação da CANG e/ou Ceres, portanto, nos leva a considerar o papel dos processos territoriais, mas também das ações e de suas expressões espaciais.

### A CRIAÇÃO DA CANG E A EMANCIPAÇÃO DE CERES E RIALMA

Conforme Dayrell (1974, p.88), as Colônias Agrícolas Nacionais “foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos a agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento”. Com as Colônias pretendia-se resolver dois estrangulamentos básicos: “alocar mão-de-obra liberada pela decadência da cafeicultura (e de maneira mais global pela deterioração das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana), e criar para esta uma frente agrícola comercial interna” (BERTRAN, 1988, p. 92).

O Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, que estabeleceu a criação das Colônias Nacionais, exigia desbravamento; ocupação do espaço geográfico; organização e emancipação. Também traçou regiões ideais (com condições de solo e açudagem); estabeleceu o tamanho dos lotes a serem distribuídos (entre 20 e 50 hectares – devendo preservar 25% da vegetação original); exigiu a fundação de uma sede, instituições de ensino agrícola primário, instalações de indústrias de beneficiamento agrícola e cooperativas de produção para venda e consumo dos produtos. A construção de residências também constava no decreto, assim como sua distribuição, que deveria privilegiar famílias com muitos filhos (mínimo de 5). Conforme Dayrell (1974), os lotes e casas seriam gratuitos, assim como o material agrário básico e as sementes para plantio<sup>2</sup>. Havia prazos de utilização agrícola, onde o cumprimento das exigências de produção e de estadia na Colônia garantia a propriedade do lote. Outros serviços também estavam previstos no decreto, como transporte, empréstimo de máquinas, de instrumentos agrícolas e

---

2. Além de Dayrell (1974), há também outros importantes estudos sobre a CANG, como exemplo de Faissol (1952), Neiva (1984), França (1985), Campos (1985), Andrade (1990 e 2006), Sayão (1994), Duarte (1999), Borges (2000), Silva (2002), Bertran (1988), Pessoa (1999), Aranha (2001), Teixeira Neto (2002) e Estevam (2004).

de animais, isenção de impostos, assistência médica, farmacêutica e de enfermagem. Tais serviços seriam garantidos até a emancipação da Colônia.

Movida pela ideologia dos dirigentes nacionais, a frente pioneira, liderada pelo Carioca e Engenheiro Agrônomo Bernardo Sayão, avançou em direção aos “espaços vazios” para a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Bertram (1988, p. 93) afirma que foi em “Goiás que o programa Estadonovista das Colônias Agrícola Nacionais atingiu plenitude”. Conforme Estevam (2004, p.112), “o projeto contou com o apoio do governo estadual que influiu decisivamente na escolha do local de sua implantação”; ficava muito distante de Goiânia, mas próximo de Anápolis, que era a cidade mais populosa de Goiás. O local tinha um terreno extremamente fértil, porém inexplorado – apesar de pequenas ocupações em algumas localidades próximas. Ou seja, a escolha da área para a implantação da CANG indica alguns fatores básicos para a modernização daquele período: condições de solo, proximidade com Anápolis (até então principal centro regional) e expansão da política e da economia pelo interior do país.

Para Dayrell (1974, p.93) “o objetivo a alcançar era a mata de São Patrício, atingido pela via Anápolis-Jaraguá, na margem esquerda do Rio das Almas”. Aproveitando o trecho já existente, Sayão deu continuidade à abertura da estrada que chamou de Transbrasiliana, até a Colônia, e depois até Uruaçu. Outras vias foram abertas, ligando a localidade com as áreas próximas e com o Norte de Goiás. A CANG foi fundada em 19 de fevereiro de 1941, através do Decreto-Lei Federal nº 6.882. Os lotes rurais, obedecendo os critérios do decreto 3.059, variavam de 26 a 32 hectares conforme as condições de solo e água. Nas propagandas que circulavam pelo país, era enfatizada a doação, aos colonos, de ferramentas para plantio, casas, escolas e apoio técnico. O Engenheiro Agrônomo Bernardo Sayão foi o pioneiro desse projeto e também o primeiro administrador da Colônia.

A colonização atraiu uma forte migração, principalmente pelas “notícias de solo fértil e de apoio do Governo”. Aliás, havia uma propaganda proveniente de um ideário forjado pela Revolução de 1930 e, mais tarde, do Estado Novo<sup>3</sup>. Em 1943 já haviam 900 ocupantes, todavia em condições

---

3. Conforme Bertran (1988, p.92), havia não somente o sentimento nacionalista implantado pelo Estado Novo como, também, a preocupação dos órgãos competentes em montar um sistema de colonização mais humano e mais planejado, com os aspectos de infraestrutura econômica e social se fazendo notar através da implantação de centros comunitários, estradas para escoamento fácil dos produtos e rápida titulação de terras.

miseras de moradia. A partir de 1946 chegavam à Colônia, em média, 30 famílias por dia. No ano seguinte já residiam na CANG mais de 10.000 habitantes. Em 1950 a área contava com 29.522 habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes (onde 33.222 residiam na zona rural e apenas 3.450 na zona urbana). Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (especialmente Gaúchos) e de outros países (20%) (DAYRELL, 1974).

O fato é que as exigências para o estabelecimento na Colônia impediam grande parte das famílias de adquirirem lotes. Até mesmo o atraso na construção das residências e na demarcação dos lotes fez com que outros núcleos surgissem. Grande parte das famílias excedentes se fixou no outro lado do Rio das Almas, na sua margem direita. Foi assim que começou a surgir o povoado de Barranca, hoje Rialma. O próprio nome indica a localização e as condições de moradia: próximo ao “barranco” do rio. Uruana e Carmo do Rio Verde também surgiram do excedente de migrantes da CANG. Por questões burocráticas e por motivos de ocupação desenfreada, o povoado de Barranca se constitui como uma extensão e, ao mesmo tempo, contraposição ao modelo de ocupação e implantação da CANG.

Conforme Silva (2002), a Colônia era o lugar de trabalho. Por lá não se podia envolver com bebida alcoólica e muito menos com diversões noturnas. A disciplina era muito parecida com o regime militar, uma vez que a desobediência poderia significar a perda do direito de moradia. Em contrapartida, por não contar com normas rígidas, a Barranca se constituiu como lugar de diversão, já que continha os prostíbulos, bares, pensões e ambientes de diversões. Por isso, atravessar o rio significava entrar “em outro mundo”.

Quando ainda Barranca, o lugar era associado à desordem social pelo fato de seu povoamento ter ocorrido de forma aleatória. “Retratar o cotidiano da colônia significava ressaltar o caráter moral e a organizada vida social daquela localidade [...]. O povoado de Barranca, por sua vez, era descrito como uma localidade desprovida de valoração dos bons princípios e costumes” (SILVA, 2002, p.101).

A questão é que tanto na margem esquerda como na direita do Rio das Almas a forte migração proporcionou um povoamento acelerado na região. Num primeiro momento os pequenos agricultores se fixaram na Colônia em condições precárias, utilizando métodos muito tradicionais,

como é o caso das queimadas. Não empregavam técnicas de produção, e após 10 anos – com o solo “desgastado” –, muitas lavouras de arroz e milho transformaram-se em pastos, enquanto que mais estradas eram abertas para outras localidades – como exemplo de Itapaci e Carmo do Rio Verde<sup>4</sup>. Em 1953 já haviam 3.543 lotes distribuídos entre os colonos. O pequeno núcleo urbano que se formava já contava com uma população de 3.450 habitantes. Contudo, como apontamos acima, grande parte dos colonos (33.222 habitantes) residiam na zona rural. Ou seja, conforme a lógica territorial do período, a CANG participava de uma dinâmica fortemente ligada ao campo. É por isso que ela nasceu como fronteira agrícola.

Apesar das condições precárias de moradia e de produção, na década de 1950 a CANG já se destacava na produção agrícola de Goiás, uma vez que o Mato Grosso Goiano<sup>5</sup>, onde se localizava a CANG, era a principal área agrícola do Estado daquele período. Todavia, além da falta de qualificação e da baixa renda, grande parte dos colonos não se consolidaram enquanto produtores agrícolas. Conforme Dayrell (1974), até 1957 não havia trator ou qualquer implemento agrícola, além da ausência de análise de solo, prevenção de erosão, etc. E assim, enquanto os pequenos agricultores sofriam com a ausência de estrutura para produção, no início da década de 1950 mais estradas eram abertas e o núcleo urbano adquiria alguns serviços, como Correios e estação de rádio. Além da política agrária, o Decreto-Lei 3.059 previa também para as Colônias a criação de núcleos urbanos com serviços para as famílias. E as sedes deveriam obedecer às regras urbanísticas modernas. Foi por isso que a sede da CANG seguiu o modelo de cidade planejada.

---

4. Neste caso, nota-se que as estradas pertenciam a um projeto privilegiado. Colocar a CANG no centro da dinâmica socioespacial daquele período era uma meta prevista.

5. O “Mato Grosso Goiano”, atual Centro Goiano, aparece em importantes estudos, como Faissol (1952), França (1985) e Teixeira Neto (2002). Para Faissol (1952), a designação Mato Grosso Goiano é antiga. Remete às paisagens de matas que cobriam grande parte dessa zona fisiográfica, ao conhecimento popular e também aos relatos de viajantes naturalistas. Conforme Gomes; Teixeira Neto e Barbosa (2005, p. 125), ao utilizar o nome Mato Grosso Goiano para designar a região mais central de Goiás – atualmente desdobrada, com algumas modificações, em cinco microrregiões, levou-se em conta tanto o seu caráter histórico (ela é assim chamada desde a chegada dos primeiros bandeirantes que descobriram Goiás) como a presença da grande floresta estacional decidual (floresta tropical) que a cobria originalmente [...] ela é, pela sua homogeneidade pedológica e pela sua extensão, a mais significativa placa de solos de boa fertilidade natural que existe em todo o estado de Goiás e se constituiu no mais autêntico pólo de atração das populações migrantes que se dirigiram ao centro-sul goiano a partir de meados do século XIX. No século XX, ela se tornou a mais importante e dinâmica região pioneira do Centro-Oeste do Brasil.

Silva (2002) diz que o projeto foi desenvolvido por engenheiros do Rio de Janeiro, que previa a abertura de ruas largas e bem traçadas. Deveria haver, no centro do plano, uma praça com rápida conexão com os setores das imediações e uma ampla avenida que contornasse a cidade (um anel viário) e conectasse à Rialma. A consolidação desse plano deveu-se ao fato de Bernardo Sayão também sonhar com uma cidade moderna (observe o traçado das ruas e avenidas de Ceres na figura 1).



Figura 1: Imagem aérea e traçado urbano de Ceres-GO

A imagem apresenta Ceres nos últimos anos. Mas o traçado das ruas e avenidas, principalmente a praça central (atualmente Praça Cívica), nos dão uma dimensão do plano proposto pelos engenheiros cariocas. Observe que a praça liga as principais ruas da cidade, com uma conexão direta a todos os setores e ao anel viário, hoje denominado de Avenida Bernardo Sayão. Questiona-se o porquê de uma cidade ser planejada num relevo com topografia ondulada. Isso se explica pelo cruzamento de uma política de modernização e das condições geomorfológicas da região escolhida para implantação de um dos projetos nacionais de colonização agrícola. É interessante notar que, diferente da grande maioria das cidades goianas, que surgiram de arraiais, capelas ou fazendas, Ceres surgiu a partir do planejamento – ela foi uma invenção.

A emancipação da Colônia ocorreu em 1953 pela lei nº 767 e foi desmembrada das terras do município de Goiás. O nome seguiu as

orientações de Bernardo Sayão, que já havia proposto “Ceres” para o núcleo, que na mitologia latina significa “deusa da agricultura”. No mesmo período o povoado de Barranca também se emancipou pelo Decreto-Lei Estadual nº 753, instalando-se como município em 1º de janeiro de 1954 (SEPLAN, 2007). A denominação Rialma, então desmembrado de Jaraguá, é proveniente da junção do nome “Rio das Almas”. O núcleo urbano constituído pelas duas sedes municipais<sup>6</sup> tinha, num primeiro momento, a evidente função de servir o campo, não havendo a necessidade de emancipação. Mas a importância eleitoral que representava a região (pela quantidade populacional), fez com que líderes políticos do Estado pressionassem a emancipação para que houvesse um desligamento da influência federal.

O fato é que as transformações do território goiano desde a década de 1930 culminaram com a implantação de projetos como a CANG, dando origem a Ceres e Rialma. A proximidade com centros dinâmicos como Anápolis e Goiânia significou facilidade de escoamento da produção e proximidade com mercados consumidores – induzindo um aumento na produção agrícola –, mas também forjou uma (re)funcionalização do núcleo urbano, especialmente a partir da década de 1970. Mas antes, vejamos o período em que a CANG foi uma fronteira agrícola.

## A CANG COMO FRONTEIRA AGRÍCOLA

A área que se formou a partir da CANG foi uma importante fronteira agrícola. De acordo com Martins (1997), uma fronteira econômica resulta do encontro da *frente de expansão* com a *frente pioneira* (MARTINS, 1997). A primeira é aquela que está sempre em movimento e não utiliza elementos “modernos”, os quais poderiam permitir a fixação. Já a frente pioneira é aquela que se estabelece numa região por processos de modernização. No caso do Mato Grosso Goiano, a implantação da Estrada de Ferro Goiás até a cidade de Anápolis, as políticas de Estado, a abertura de estradas e a chegada de um grande número de camponeses e colonos, provocaram

---

6. Quando emancipadas, as cidades de Ceres e Rialma ocupavam áreas muito próximas: uma na margem esquerda do rio das Almas e a outra na margem direita, respectivamente. Portanto, a fronteira dos municípios é também o limite entre as duas cidades, mas que não podemos chamar de *conurbação*. A diferença é que, no caso das cidades de Ceres e Rialma, ambas surgiram nas fronteiras de seus municípios – nasceram muito próximas. Já nos casos metropolitanos, a *conurbação* existe em decorrência do rápido crescimento horizontal da metrópole em direção às cidades vizinhas. Uma análise mais detalhada envolvendo o Núcleo Urbano de Ceres e Rialma pode ser encontrada em Castilho (2007).



significativo crescimento econômico regional baseado na produção agrícola. Este processo caracterizou a região como uma importante fronteira agrícola de Goiás. Estamos nos referindo a um período em que a CANG se destacava na produção agrícola estadual: as décadas de 1940 e 1950.

A marcha em direção a CANG, mais que uma aventura, significou a ampliação econômica do território nacional e a ligação com São Paulo. Além da expansão do comando federal, o projeto de modernização da agricultura no Mato Grosso Goiano significou também a criação de demanda para a indústria paulista, como analisado por França (1985). Um demonstrativo da produção agrícola da CANG nas décadas de 1940 e 1950 pode ser verificado na tabela 1, com destaque para a produção de arroz, milho e feijão.

Tabela 1: Produção Agrícola da CANG – 1947, 1950, 1951, 1952 e 1953.

Produto	Unidade	1947	1950	1951	1952	1953
Arroz	Saca 60 kg	220.000	420.596	362.642	272.920	276.000
Milho	Saca 60 kg	500.000	25.475	202.625	136.349	248.000
Feijão	Saca 60 kg	65.000	18.169	29.455	140.187	86.000
Açúcar	Saca 60 kg	5.000	-	-	-	-
Algodão	Saca 60 kg	10.000	99.213	261.369	129.974	220.000
Café	Saca 60 kg	-	-	22.540	8.036	14.600
Cana	Kg	-	3.129.830	36.856.869	43.725 ton	32.024 ton
Mandioca	Kg	-	6436.718	35.272.961	20.088.783	41.448 ton

Fonte: Dayrel (1974).

Conforme Dayrel (1974), a partir de 1953 novas culturas foram incorporadas à região, como do amendoim, mamona, batatinha e frutas que, no entanto, não tiveram produção significativa. A tabela 1 também mostra que a partir de 1951 houve uma queda na produção do arroz. Nesse contexto o café e o algodão foram incorporados por via de incentivos da administração, na tentativa de manter o colono junto a terra.

A produção de rebanho bovino tinha restrições devido aos acordos firmados pela Colônia, uma vez que o projeto visava aproveitar a fertilidade do solo para a produção agrícola. Por isso, as glebas não poderiam ser transformadas, naquele momento, em áreas de pecuária. Em 1953 foram registradas apenas 14 mil cabeças de bovinos e 4 mil de equinos e muaras, como mostra a tabela 2.

Tabela 2: Efetivo da Pecuária da CANG – 1953

Produto	Quantidade (Cabeças)
Bovinos	14.000
Equinos e Muares	4.000
Caprinos e Ovinos	2.000
Galináceos	228.000
Suínos	48.000

Fonte: Dayrel (1974)

Já a produção de suínos e avinos não tinham restrições, já que não dependiam de grandes áreas para reprodução. No ano de 1953 foi registrada uma produção de 228 mil cabeças de galináceos e 48 mil de suínos. Apesar disso, o privilégio da produção industrial da CANG também era concedido à agricultura. Isso pode ser verificado, além dos dados da agricultura, na produção industrial, que era voltada, em sua maioria, ao beneficiamento da produção agrícola (tabela 3).

Tabela 3: Produção Industrial da CANG – 1953

Produto	Produção
Rapadura	844.000 kg
Açúcar Mascavo	100.000 kg
Açúcar Cristal	72.000 kg
Farinha de Milho e Mandioca	2.000.000 kg
Óleos Vegetais	700.000 kg
Algodão Beneficiado	6.301 arroba
Tijolos	4.496.000 unidades
Telhas Francesas e Coloniais	548.000 unidades

Fonte: Dayrel (1974)

Apesar do decreto 3.059 prever a criação de Cooperativas para as Colônias, no ano de 1953 ainda não se registrava nenhuma na CANG. No ano seguinte, com o núcleo urbano de Ceres já emancipado, existiam 8 cerealistas que beneficiavam arroz e algodão e um armazém particular, que gerenciava as exportações através de ensacamento, beneficiamento, faturamento, pesagem, etc (DAYREL, 1974). Ou seja, a produção, a atividade industrial e a dinâmica econômica da pequena cidade caracterizavam Ceres

como *cidade do campo*, para utilizar um termo de Santos (1993). Isso porque, naquele momento a cidade se voltava ao campo e se constituía como parte essencial do complexo agrícola. Convém mencionar que a cidade do campo, na contemporaneidade, mantém uma relação com o espaço rural diferente daquela verificada na década de 1950, quando a urbanização ainda não cumpria um papel hegemônico – pelo menos na parte central do Brasil.

Conforme Estevam (2004), o Mato Grosso Goiano (com forte participação da CANG), foi responsável, na década de 1950, por 38,0% da produção agrícola do Estado. Desse total, 33% foi comercializado pela CANG. Nessa mesma década, Ceres esteve em plena aceleração da produção, o que atraía empresas transformadoras de alimento para a região. Estevam (2004) ainda afirma que o esquema especulativo de comercialização trazido por essa produção, que inclui o papel das empresas instaladas, desarticulou a colônia e prejudicou os pequenos agricultores. Os colonos passaram a depender dos fornecedores de crédito e dos comerciantes. Ou seja, o processo de reprodução das pequenas propriedades teve impulso com a criação de demanda nos grandes centros. No entanto, o sistema de mercado proveniente dessa demanda acabou por desarticular o agricultor familiar. Nesse período, o território brasileiro adotou a revolução agrícola privilegiando as agriculturas de exportação, onde a agricultura básica de tradição perdeu seu espaço sendo expulsas para outros territórios (SANTOS E SILVEIRA, 2001). Nesse contexto, a criação de um mercado de interesse hegemônico fragilizou as agriculturas periféricas ou marginais em relação ao uso do capital e das tecnologias avançadas. Isso também foi verificado na área herdada da CANG, principalmente com o avanço da modernização agrícola verificada a partir da década de 1970.

#### A DESARTICULAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE E O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO QUADRO REGIONAL

O aumento populacional do Mato Grosso Goiano e de importantes centros urbanos goianos e de outras Unidades da Federação favoreceu o aumento da demanda por alimento. Mas foram os grandes cerealistas de Anápolis e os comerciantes de Ceres que se beneficiaram do processo de incorporação da produção agrícola da CANG junto à demanda crescente dos centros que se emergiam. Diante do domínio do capital mercantil e da valorização das terras, ocorreram vários conflitos entre posseiros, colonos,

grileiros e fazendeiros. No caso específico dos colonos, muitos deixaram suas condições de proprietários e migraram para cidades da região, em especial para Anápolis, Goiânia e, mais tarde, Brasília. A pequena propriedade, desde então, passou por uma forte desarticulação cedendo lugar às grandes fazendas que já existiam nas proximidades.

Mas a desarticulação da pequena propriedade não ocorreu por uma falha ou ingenuidade do plano político de Vargas que, dentre outros objetivos, também visava fixar o agricultor familiar, como delineado no Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941. Pelo Contrário. Como salientado por Borges (2000), os discursos de Vargas visavam atender interesses do capital urbano-industrial e do setor agrário tradicional. A interiorização econômica, portanto, significou o aumento da produção de alimentos, mas também contribuiu para a reprodução do latifúndio. A conquista de terras pelo interior do Brasil “servia para garantir a continuidade da perversa aliança entre a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra num pacto político que, além de manter a estrutura agrária arcaica, impediu qualquer medida mais ampla destinada a democratizar o acesso a terra” (BORGES, 2000, p.72).

A princípio, a CANG permitiu o assentamento de pequenos agricultores familiares. Mas tais assentamentos não foram politicamente pensados para destruir o latifúndio. A estrutura da propriedade da terra no Brasil, em sua grande maioria, sempre foi baseada no grande latifúndio. Foi por isso que a pequena propriedade nas áreas de fronteiras agrícolas, como na CANG, tinha vida curta, pois logo era incorporada à grande fazenda pela lógica de expansão da agropecuária (BORGES, 2000).

Em decorrência disso, Bertran (1988) afirma que, ao longo do tempo, a Colônia de Goiás entrou em decadência, tanto econômica quanto demograficamente, observando-se já na década de 1960 tendências fortes à concentração da propriedade e o conseqüente esvaziamento do campo. O fato é que a estrutura de poder que foi montada no Brasil impediu o desenvolvimento das pequenas propriedades familiares. Apesar de elas terem contribuído com a produção agrícola da CANG até certo momento – dando a essa área destaque na produção agrícola do Mato Grosso Goiano –, logo foram desarticuladas em benefício das grandes propriedades produtivas. Na década de 1960 ficou evidente que o projeto da CANG, de fixar o pequeno agricultor, havia fracassado. Além da acelerada devastação das matas e “desgaste” dos solos, houve a falta de distribuição de créditos e a entrada do capital mercantil ditou novas regras.

Mas é importante destacar que, apesar da desarticulação das pequenas propriedades, a política de Vargas motivou a expansão territorial por áreas centrais do Brasil e forjou a abertura de estradas para novas regiões, como é o caso do Norte Goiano. Nesse mesmo período alguns programas, como o de geração de energia e de infraestrutura, muito influenciaram a reconfiguração da dinâmica territorial da porção central de Goiás. Com o governo de Juscelino Kubitschek outros projetos de infraestrutura foram implantados e uma nova etapa emergiu com a implantação de Brasília. É nesse período e após, com a implantação dos planos de JK, que Ceres passou por um processo de transformação de seu conteúdo socioespacial. Conforme Dayrell (1974), na década de 1960 a cidade de Ceres, antes conhecida pela eficiência agrícola, transformou-se em centro polarizador do desenvolvimento regional, favorecida pela ausência de outros centros urbanos desenvolvidos nas proximidades, pela expressiva concentração populacional, pelos serviços e equipamentos urbanos e pela função de empório comercial de vasta região – inclusive para o Norte do Estado.

A estrutura montada em Ceres foi beneficiada pela proximidade com outras cidades, como Rialma, Carmo do Rio Verde, Uruana, Nova Glória, Rianópolis, etc. No final da década de 1960, Ceres já era importante entroncamento rodoviário e, com uma posição privilegiada, se estabelecia como importante centro regional na área de saúde e nas funções comercial e industrial por possuir beneficiadoras de produtos agrícolas. A localização desse núcleo urbano, próximo à rodovia Belém-Brasília e a outras rodovias que serviam a região, permitiu que novas dinâmicas fossem desenvolvidas em Ceres. Nesse contexto, houve uma transformação no processo de ocupação da região: o modo de lidar com a terra e as relações de trabalho foram alterados e a passagem do sistema de troca simples para o sistema de troca acumulada foi acelerada.

Isso significa que, mesmo com a desarticulação do projeto original, a criação da CANG (juntamente com o processo de ocupação do Mato Grosso Goiano) representou um importante período da modernização em Goiás, uma vez que, além de criar uma demanda para a industrialização de São Paulo, também atuou na proposta de construir uma nova estrutura de poder, agora comandada por uma elite mais ligada ao capital nacional. Isso explica, em partes, o fato de Bernardo Sayão ter privilegiado a construção de estradas e de prever a instalação de médias e grandes propriedades na região em detrimento das pequenas propriedades, as quais foram utilizadas

(ao que tudo indica) apenas como pretexto e justificativa para a interiorização da economia brasileira. Em todos os casos, as transformações no território goiano foram evidentes, principalmente com os eventos de edificação de Goiânia, da criação da CANG, da BR-153, de Brasília e de programas como o POLOCENTRO. Essas e outras ações evidenciam a forte participação do Estado no planejamento regional e na mudança do perfil territorial brasileiro que passou a ser comandado pela dinâmica urbano-industrial, como salientado por Oliveira (2003).

Entre 1940 e 1963 foram criados 128 municípios no território goiano. E até 1988 foram mais 42. Grande parte surgiu no Mato Grosso Goiano e ao longo da BR-153, o que teve influência direta da abertura de estradas, da criação da CANG e das duas capitais planejadas. A questão é que nas décadas de 1960 e 1970 a modernização territorial em Goiás foi acompanhada pela urbanização e por uma participação da técnica, da ciência e da informação cada vez mais evidente. Não eram mais as zonas de matas e seus solos férteis que influenciavam a localização das modernas formas de produção, mas o arsenal tecnológico, a logística, a posição, a ação dos atores sociais e suas articulações políticas. Isso explica a incorporação, naquele período, de novas áreas às modernas formas de produção. Além do que, a proximidade com o Sudeste Brasileiro, a consolidação de programas de créditos, a constituição de uma logística e participação da pesquisa, fizeram com que essa modernização transformasse Goiás em um território cada vez mais urbano e fragmentado. E aqui concentra os elementos principais da redefinição de Ceres no contexto regional.

#### URBANIZAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA EM CERES

As transformações ocasionadas pela modernização do território goiano trouxeram uma explosão urbana que se iniciou em meados do século XX e culminou na década de 1970. Em 1950 o Estado de Goiás contava com 77 municípios. Já na década seguinte esse número aumentou para 178, representando um crescimento superior a 130%. Como observa Arrais (2007), nesse período o Mato Grosso Goiano foi a região que mais se fragmentou, tendo 34 dos seus 41 municípios emancipados.

No município de Ceres alguns distritos emergiram, como Bom Jesus, Nova Glória (emancipado em 1980), Ipiranga de Goiás (emancipado

em 2002), Espírito Santo e Santo Antônio da Barra. No caso do distrito de Castrinópolis (que foi ocupado antes da implantação da CANG), no município de Rialma, houve uma estagnação da população por estar afastado das principais vias de deslocamento. Em 1980 Ceres contava com uma população total de 31.493 habitantes e Rialma 7.516 habitantes. A CANG, no período de sua emancipação, chegou aos 36.672 habitantes, no entanto, naquele período a população urbana era de somente 3.450 habitantes e a rural 33.222 habitantes. Em 1970 a população urbana de Ceres chegou aos 11.288 habitantes, e Rialma aos 6.011 habitantes.

No caso de Ceres, a queda na população rural – de 33.222 habitantes na década de 1950 para 24.500 habitantes em 1974, ocorreu pelo fato de muitos colonos terem negociado suas propriedades em decorrência da desarticulação da estrutura produtiva baseada na pequena propriedade. Veja na tabela 4 a população de Ceres desde o período da CANG.

Tabela 4: Ceres: População total e por residência - 1943 - 2007

ANO	População Total (hab)	Urbana (hab)	Rural (hab)
1943 – CANG	900	-	-
1946 – CANG	8.000	-	-
1950 – CANG	29.522	2.003	27.519
1953 – CANG/Ceres	36.672	3.450	33.222
1960 – Ceres	42.803	6.895	35.908
1968 – Ceres	67.352	13.382	53.970
1970 – Ceres	39.524	11.288	28.230
1974 – Ceres	41.500	17.000	24.500
1980 – Ceres	31.493	13.701	17.792
1991 – Ceres	22.874	16.951	5.923
1996 – Ceres	21.951	17.051	4.900
2000 – Ceres	22.209	18.123	4.086
2010 – Ceres	20.722	19.790	932

Fonte: Dayrell (1974) & IBGE (2010).

Elaboração: Denis Castilho.

Observe que a população rural até 1968 chegou aos 53.970 habitantes. Todavia, na década de 1970 houve uma queda acima dos 50%. Houve também uma queda na população urbana, devido grande parte desses

residentes estarem ligados as atividades do campo e que, portanto, migraram para os grandes centros no momento de declínio de suas atividades. Assim, a forte mobilidade social do campo para a cidade alterou inclusive a população urbana de Ceres. Mas a partir da década de 1970 ocorreu um fato interessante. Ao passo que o Mato Grosso Goiano passou por uma “explosão urbana” e também se desenvolveu enquanto área agropastoril, Ceres foi se consolidando como centro regional ligado aos serviços de saúde. Esse fato também foi observado em uma entrevista realizada em outubro de 2008 com um Biomédico e ex-prefeito de Ceres que reside neste município desde 1965. O mesmo afirmou que “Ceres começou a deixar de ser agrícola para ser da saúde na década de 1970”.

Isso ocorreu porque, apesar da desarticulação das pequenas propriedades criadas no período da CANG, a estrutura montada na localidade conferiu um aproveitamento econômico e uma ampliação da área de influência de Ceres para o Norte de Goiás. Nesse contexto, a infraestrutura herdada da CANG, aliado ao planejamento, à ação dos atores locais e à posição da cidade, permitiram que Ceres assumisse a condição de fornecedora de serviços para a região, ocupando uma posição central na rede urbana microrregional daquele período. Todavia, a evolução dos dados da população desse município poderia nos levar a outra interpretação, já que Ceres passou por uma queda substancial em sua população total: de 67.352 habitantes em 1968 para 20.722 habitantes em 2010 (BRASIL, 2010).

No entanto, como mostra a tabela 4, os dados da população urbana tiveram um crescimento. A baixa na população total pode ser explicada, num primeiro momento, pelo êxodo rural que houve na região, e segundo, pela fragmentação do município, o que se explica pela explosão urbana que ocorreu em Goiás, especialmente no Mato Grosso Goiano a partir de 1960. No caso de Ceres, houve dois municípios que se desmembraram: Nova Glória na década de 1980 e Ipiranga de Goiás em 2001. Além da diminuição na população total, houve uma queda de 75,4% da área do município, como mostra a figura 2. A área ficou restringida aos 213,497 km<sup>2</sup> e, apesar da estrutura fundiária ser, em sua grande maioria constituída por pequenas propriedades (total de 613 de 0 a 80 ha), a principal dinâmica econômica do município, diferente da grande maioria dos municípios da porção norte do Centro Goiano, passa a residir no espaço urbano.



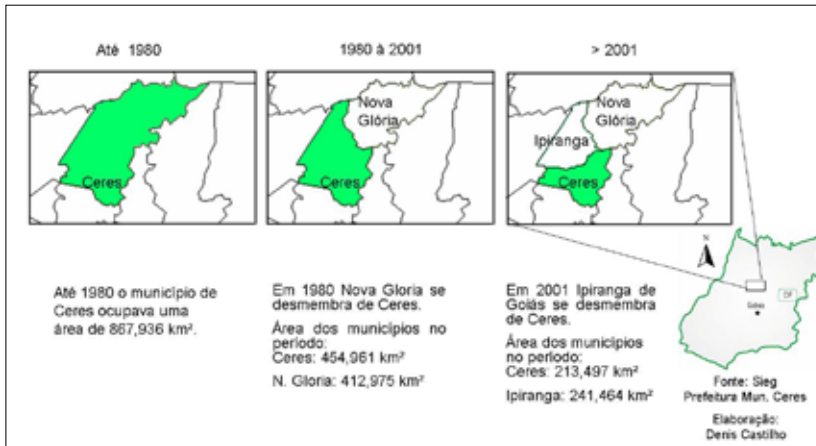


Figura 2: Fragmentação territorial do município de Ceres, 1980-2001

Em função da fragmentação territorial, a principal área cultivável do município de Ceres foi desmembrada para Nova Glória em 1980 e para Ipiranga de Goiás em 2001. Entre os anos de 1940 e 1963 foram criados no Brasil 2.029 municípios e em Goiás 128 municípios. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>7</sup>, de 1964 a 1992 foram criados mais 63 municípios nessa Unidade da Federação. Fernandes apud Arrais (2007, p.110) afirma que após a constituição de 1946, “uma parte do Imposto de Renda arrecadado pela União passou a ser distribuído aos municípios, o que levou os estados a criarem novos municípios de forma indiscriminada”.

Na medida em que a dinâmica socioespacial do Vale do São Patrício foi sendo alterada a partir da década de 1970, o processo de desarticulação da pequena propriedade, a fragmentação territorial em Ceres e a atuação dos atores sociais levaram esta cidade a se beneficiar do espaço herdado para se firmar nos serviços, especialmente aqueles ligados à saúde. Já nas primeiras décadas de sua formação, Ceres foi administrada por prefeitos médicos. A alta concentração de população no período da CANG e os consequentes índices de doenças que dali emergiram (como a malária) trouxeram a instalação de instituições de saúde no núcleo urbano. E na medida que a ocupação se expandia pela região, a demanda por serviços de saúde também aumentava. Isso porque não haviam serviços de saúde em outros municípios, povoados ou vilas, favorecendo a instalação de novos hospitais em Ceres. A infraestrutura

7. Disponível pelo endereço eletrônico: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (acesso em 27-01-2008).

de saúde que se desenhava ali tinha participação direta do Estado, visto que a cidade já possuía uma estrutura montada em função do espaço herdado da CANG e uma demanda regional crescente. Também, papel relevante nesse processo foi a força política dos médicos que ali se instalaram e a posição de Ceres na região: centralizada e bem servida por estradas.

Com isso, houve uma especialização produtiva e consolidação de um *cluster* de saúde, como afirmado por Cardoso (2005). De acordo com o referido autor, *cluster* é um setor da economia com diversas empresas que desenvolvem o mesmo ramo de atividade. Através da ação conjunta de tais empresas, uma dada atividade econômica ganha importância econômica e se consolida numa localidade. A proximidade física entre as empresas é de fundamental importância para o desenvolvimento coletivo entre elas. Além disso, há a concentração de organizações e uma estrutura de poder montada em torno do referido setor da economia. Nesse sentido, segundo Cardoso e Valverde (2007, p. 17) “o cluster, sendo uma forma de organização de produção regional que se estrutura a partir da identificação das complementaridades e das sinergias entre as empresas de um mesmo ramo de atividade, pode fazer com que a competição e a cooperação coexistam”. Conforme os autores, a trajetória do *cluster* de saúde em Ceres teve sua origem associada à implantação da CANG e a fatores como demanda por serviços de saúde, localização, infraestrutura, construção do Hospital da Colônia e o papel pioneiro dos médicos. Além desses fatores, a expansão do referido *cluster* pode ser explicada também pela “presença de mão-de-obra especializada e favorecida pela existência de redes de relacionamentos (vínculos sociais, profissionais e familiares) que contribuíram de diversas maneiras para que houvesse a multiplicação das organizações de saúde em Ceres” (CARDOSO, 2005, p. 6).

A clusterização é representativa do processo de especialização em Ceres. Mas, pelo papel do contexto regional na estruturação dessa cidade, também é importante considerar o processo de (re)funcionalização produtiva que ali ocorreu. Ou seja, as heranças da CANG, aliado aos processos de transformação da dinâmica regional pela chegada de novas lógicas territoriais e a ação dos grupos locais foram determinantes para a especialização produtiva de Ceres. O primeiro hospital, denominado Hospital da CANG, iniciou seu funcionamento em 1946. Com uma equipe composta por sete médicos, um farmacêutico, seis enfermeiras, um laboratorista e um auxiliar, o Hospital da CANG teve um papel elementar para a fixação dos colonos na

região. Na década de 1940 a sua administração foi de responsabilidade do governo federal. Mas com a emancipação da Colônia, foi entregue à Igreja Católica (Diocese da Cidade de Goiás), e passou a se chamar São Pio X. Esse hospital teve papel substancial para a consolidação do setor de saúde em Ceres, já que atraía pacientes e profissionais de muitas regiões do país. Também se tornou referência nas áreas de hanseníase e de parto natural<sup>8</sup>. Além do que, grande parte dos médicos de Ceres, que se tornaram figuras emblemáticas entre os atores sociais desse lugar, passaram por esse hospital. Alguns saíram para construir outros hospitais, dando início à expansão do setor de saúde.

Em 1951 um dos médicos pioneiros da CANG, o Dr. Domingos Mendes da Silva, iniciou a construção de seu próprio hospital (hoje Hospital Centro Goiano) e dois anos mais tarde já contava com uma Escola de Auxiliar de Enfermagem, como destaca Aranha (2001). No mesmo ano outro médico pioneiro, o Dr. Jair Dinoah Araújo, que foi o primeiro administrador do Hospital da CANG, também se afastou deste para construir outro hospital, hoje o Hospital São Lucas. A posição de Ceres no Vale do São Patrício e mesmo na porção Norte do território goiano proporcionou o crescimento da demanda pela saúde, visto que, mesmo com o surgimento de novas cidades na região, a infraestrutura de saúde se restringia à Ceres. E também, naquele período o deslocamento até Anápolis ou Goiânia era complicado pela indisponibilidade de automóveis (que ainda não eram difundidos) e pelas más condições das estradas. Assim, diante de uma alta demanda, novos hospitais foram criados, como o Hospital São Patrício (1967), Hospital Santa Helena (1974), Hospital Bom Jesus (1975), Hospital Ortopédico (1975), Centro Materno Infantil de Ceres (1978) e o Instituto Médico de Ceres (1994)<sup>9</sup>.

Essas informações demonstram que a especialização produtiva em Ceres (representada pelo grande número de hospitais, clínicas e centros de saúde) esteve vinculada às exigências do sistema produtivo que se implantou na região. Por isso, apesar da montagem dessa infraestrutura ter se iniciado

---

8. Pelos trabalhos de humanização do parto e nascimento, o Hospital São Pio X ganhou alguns prêmios de reconhecimento, como: 1º prêmio "GALBA DE ARAÚJO" pelo Ministério de Saúde em 1999 e título de "MATERNIDADE SEGURA" em janeiro de 2000. Recebeu em 1994 o título de "HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA", concedido pelo UNICEF/OMS/MS, sendo o 11º do Brasil e 1º do Estado de Goiás. Fonte: prefeitura municipal de Ceres, 2008.

9. Desses hospitais, apenas o São Pio X é público, sendo federal com parceria dos governos Estadual e Municipal. O Hospital Santa Helena, criado em 1974, foi desativado. Em 2002 foi criado o Centro de Diagnósticos e Cirurgia – CDC.

com a CANG, os serviços de saúde foram ampliados conforme as exigências do mercado moderno e da divisão territorial do trabalho proveniente da modernização territorial. Essa especialização (que também podemos chamar de (re)funcionalização ou reestruturação produtiva), foi acompanhada por outros setores da economia, como é o caso da educação e de alguns serviços públicos regionais, os quais vêm configurando, como analisamos em Castilho (2009), uma nova cartografia da influência que os bens e serviços de Ceres exercem na região.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição de uma região, como nos lembra Bourdieu (1998), está vinculada à representação daqueles que produzem tal espaço. Por isso é necessário, na análise das dinâmicas territoriais de uma localidade, considerar e compreender a participação e atuação dos atores sociais. Diferente da grande maioria das cidades goianas, as quais tiveram a participação direta de fazendeiros e políticos na formação territorial, em Ceres, foram os profissionais da saúde, em sua maioria, que desempenharam tal papel. Mas isso não decorreu simplesmente da vontade de tais atores. Pelo contrário, a própria emergência desses sujeitos na estrutura de poder se deu conforme a divisão territorial do trabalho que se impôs na região. E nesse processo, deve-se considerar a demanda pela saúde, as atuações políticas, as condições sociais de produção e as relações de trabalho.

A análise da formação territorial da CANG e de Ceres nos mostra que a localidade passou por uma alteração em seu quadro funcional: de fronteira agrícola para um centro sub-regional pela via dos serviços localizados no espaço urbano. A compreensão desse processo a partir da atuação dos atores sociais e de conjunturas que envolvem outras escalas é importante, dentre outros fatores, para entendermos a formação de Ceres no contexto das dinâmicas regionais e nacionais. Isso porque, como enfatizado por Corrêa (2006), um centro urbano está submetido a um dinamismo maior ou menor e com ritmos variados próprio de cada contexto espaço-temporal. “Este dinamismo origina-se tanto de fatores externos como de fatores internos, a partir de possibilidades e motivações de seus agentes sociais” (CORRÊA, 2006, p.312), permitindo que as funções dos centros urbanos sejam alteradas.

Em síntese, a dinâmica socioespacial de Ceres se estabeleceu por muitos fatores, dentre os quais destacamos: o espaço herdado da CANG; as

alterações nas formas de produção originadas em função da desarticulação da pequena propriedade; a logística e posição estratégica na região – que também dispunha de uma demanda crescente por serviços de saúde; a nova divisão territorial do trabalho; a urbanização; e as ações dos atores sociais que ali se estabeleceram. Dessas ações, podemos mencionar os investimentos em infraestrutura, as inovações tecnológicas, a qualificação dos serviços prestados, as articulações políticas e a imposição de uma ideologia voltada aos seus interesses. É importante destacar que nenhuma mudança no quadro socioespacial de uma localidade é feita sem conflitos. Além disso, as causas dessas mudanças também são frutos de um movimento externo ao local, como exemplo das políticas nacionais discutidas neste artigo, pressupondo a inserção do município em distintas redes e a imposição de interesses e lógicas de diferentes escalas.

---

#### LA COLONIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS (CANG) Y LA FORMACIÓN DE CERES-GO – BRASIL

**Resumen:** Fundada en 1941, la Colonia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) fue un proyecto de las políticas expansionistas de Getulio Vargas. Se emancipó en 1953 y en las décadas siguientes la ciudad con el nombre de Ceres se especializa en una función económica distinta a la prevista en el proyecto de creación de la Colonia. Este artículo analiza la formación territorial de la localidad y tiene como objetivo comprender los motivos y las dinámicas territoriales que resultaron del proceso de (re)funcionalización productiva observada en Ceres. Los procedimientos metodológicos se basan en investigación de la literatura del tema, trabajo de campo y investigación documental con levantamiento de datos oficiales relativos a la población, instituciones de servicios e infraestructura productiva. El estudio sobre la formación territorial muestra que los procesos y las acciones son componentes clave de la producción del espacio, pero ningún cambio en el contexto socioespacial de una localidad se lleva a cabo sin conflictos. Por otra parte, las causas de estos cambios también son fruto de un movimiento fuera del sitio, suponiendo la inserción en diferentes redes y la imposición de intereses de diferentes escalas.

**Palabras clave:** CANG; Ceres; formación territorial; (re)funcionalización productiva.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, N. L. de. *História e Histórias da CANG – meu rincão por adoção*. Goiânia: Kelps, 1990.

ANDRADE, N. L. de. *Reforma Agrária: Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)*. 2. Ed. Goiânia: Kelps, 2006.

ARANHA, B. da S. *Eu vi Ceres Nascer: a saga do Bandeirante Bernardo Sayão*. Goiânia: João Batista A. Filho, 2001.

ARRAIS, T. P. A. *A Região como Arena Política*. Goiânia: Vieira, 2007.

BERTRAN, P. *Uma Introdução à História econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

BORGES, B. G. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: UFG, 2000.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIN, A. *A questão local*. (trad.: Orlando dos Reis). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. *Censo demográfico: 2007*. Brasília: IBGE, 2010.

CAMPOS, F. I. *Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese de Doutorado (Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo). São Paulo, 1985.

CARDOSO, F. M. C. B. *Cluster de Saúde de Ceres (Go): Um Resgate do seu Processo de Formação e Expansão*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Católica de Minas Gerais). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

CARDOSO, F. M. C. & VALVERDE. Estudo dos efeitos da municipalização da saúde sobre a área de abrangência de atendimento do *cluster* de saúde no município de Ceres-GO. In: *Revista FACER*. V.5, n.1 (fev)2007. Rubiataba, 2007. p. 11-24.

CASTILHO, D. A dinâmica socioespacial de Ceres e Rialma-GO no âmbito da modernização de Goiás: território em movimento, paisagens em transição. Dissertação de Mestrado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás). Goiânia: UFG, 2007.

CORRÊA, R. L. *Estudos Sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAYRELL, E. G. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização*. Dissertação de Mestrado (Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1974.

DUARTE, L. E. A. M. A Marcha para Oeste e a Criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. In: *Sociedade e Cultura*. v.2, n.1 e 2 (jan/dez.1999). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciências Sociais. Goiânia: UFG, 1999. p.37-83.

ESTEVAM, L. *O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. (2. ed). Goiânia: UCG, 2004.

FAISSOL, S. O "Mato Grosso de Goiás". Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Conselho Nacional de Geografia, 1952.

FRANÇA, M. de S. *Terra, Trabalho e História: a Expansão Agrícola no "Mato Grosso" de Goiás – 1930/1955*. Tese de Doutorado (mimeografado). São Paulo: USP, 1985.

GOMES, H; TEIXEIRA NETO, A; BARBOSA, A. S. *Geografia: Goiás / Tocantins*. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: UFG, 2005.

MARTINS, J. De S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

NEIVA, I. C. *O outro Lado da Colônia: contradições e forma de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás* (Dissertação de Mestrado). Brasília: UNB, 1984.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PESSOA, J. de. M. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Alínea, 1999.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O BRASIL: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAYÃO, L. *Meu pai Bernardo Sayão*. 5. ed. Gráfica do Senado Federal, 1994.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *Anuário Estatístico de Goiás – 2007*. Goiânia: SEPLAN, 2007.

SILVA, S. D. e. *No Oeste a Terra e o Céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no FCHF/UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002.

TEIXEIRA NETO, A. O Território Goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.) *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002. p.11-46.

---

### Sobre o autor

DENIS CASTILHO. Bacharel, Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é doutorando pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG, com Estágio Doutoral na Universidad de Barcelona. É professor efetivo do curso de Geografia da UFG, Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais.

---

Recebido para avaliação em 05 de Abril de 2012

Aceito para publicação em 30 de Maio de 2012